



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**PROJETO BÁSICO - PRES/DG/SGP/COEDE/SEDES**

**1 - INTRODUÇÃO**

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, IX, e 7º, § 2º, I e §§ 6º e 9º, ambos da Lei 8.666/93, elaboramos o presente Projeto Básico, por inexigibilidade de licitação, com base na Decisão Plenária n. 439/98 do Tribunal de Contas da União.

**2 - DESCRIÇÃO DO OBJETO**

Contratação da empresa especializada para a realização da Oficina de "**Design Thinking - Dimensionamento da Força de Trabalho**" para uma turma de até 25 servidores Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

A Oficina será realizada em Porto Velho, com carga horária de 16 (dezesesseis) horas, na modalidade de Ensino Presencial, nos dias 1 e 2 de abril de 2019, conforme agenda adequada aos participantes e empresa contratada.

**2.1 Dados da instituição promotora:**

Razão Social: N&N Consultores Associados Ltda

CNPJ: 12.300.431/0001-52

Endereço: Rua José de Alencar, 2381, Centro, Porto Velho,  
CEP 76.801.036

Contato: Elizeth

E-mail: nnconsultoresassociados@gmail.com

Dados Bancários: Banco do Brasil, agência 3181-x, conta corrente 28.590-0



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **2.2. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

Os temas a serem abordados estão indicados no Evento [0394166](#)

### **2.3. PÚBLICO-ALVO**

Gestores do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

## **3 - JUSTIFICATIVA:**

### **3.1. Da Necessidade:**

Trata-se de facilitação para a elaboração de políticas necessárias à implementação dos processos de gestão por competências e dimensionamento da força de trabalho (DFT). Essa oficina extrairá dos próprios os principais aspectos decisórios a serem observados quando da implementação do DFT em nosso regional. Ela faz parte da programação da I Semana de Gestão de Pessoas, onde os gestores serão motivados gerar idéias e busca de soluções criativas, visando aprimoramento na qualidade de suas atividades.

A capacitação encontra-se registrada no Plano Anual de Capacitações 2019, sob n.20190804.

### **3.2. Da inexigibilidade de Licitação:**

A inexigibilidade de licitação se respalda no **Acórdão 439/1998 – Plenário**, do Tribunal de Contas da União, que assim decidiu:

*“Considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem assim a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de*



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/1993”.*

### 3.2.1. Da singularidade do serviço:

A Oficina de **Design Thinking - Dimensionamento da Força de Trabalho** terá a técnica Design Thinking como ferramenta principal para sua execução. Trata-se de uma abordagem que tem como princípio a busca por novas soluções, de forma integrada, participativa e dinâmica com foco no ser humano e tem como pilares a empatia, a imersão e a prototipação. A aplicação dos conceitos nela envolvidos dependerá da cultura organizacional, da reação dos participantes aos conteúdos apresentados, do momento e das características pessoais, da interação entre instrutor e turma. A intervenção pessoal do docente é determinante para a obtenção dos resultados esperados. Tem-se como premissa em casos como esses que o objeto é de natureza **singular**, posto não ser repetível e os resultados obtidos com a sua contratação estão amplamente sujeitos às variáveis do ambiente.

### 3.2.2. Da escolha da notória especialização da empresa fornecedora e do instrutor:

Acerca da notória especialização do profissional ou da empresa a ser contratada, a Lei de Licitações, em seu art. 25, § 1º, estabelece que:

Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato

A empresa em questão já atuou neste regional, na facilitação de oficinas para o Planejamento Estratégico ora vigente, mostrando-se eficiente e profissional com as obrigações contratadas. Além disso, já realizou, com competência e eficiência consultoria técnica para os Tribunais de Justiça de Rondônia, do Trabalho da 14ª Região e para a Agência Estadual de Vigilância e Saúde de Rondônia, conforme



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Declarações de Capacidade Técnica junta aos autos ([0397270](#), [0397271](#) e [0397272](#)).

Para a execução do presente objeto, optou-se pela palestrante **Maila Andrade de Souza**, que atende por essa empresa. Sua formação, qualificação e experiência como instrutora em treinamentos na área de Desenvolvimento de Liderança, conforme currículo no evento [0394166](#), a qualificam como **notória especialista** na matéria. Nessa conformidade, considerando que a escolha, segundo o teor do §1º, do art. 25, insere-se no campo da discricionariedade, entende-se que o escolhido reúne todas as condições e atributos que permitem inferir que o mesmo é o mais adequado à plena satisfação dos objetivos colimados.

**3.3. DO ALINHAMENTO COM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS** – A capacitação contribui para a consecução do objetivo estratégico: **aperfeiçoamento da gestão de pessoas**, conforme disposto no Planejamento Estratégico em vigor

## **4 – DO VALOR**

O valor a ser contratado é de R\$ 6.000,00 (seis mil reais). Resultando o custo por pessoa, caso se concretize a formação de turma de 25 servidores, em R\$ 240,00.

Dispõe o art. 15, inciso V, da Lei 8.666/93, que as compras, sempre que possível, deverão balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública. Determina, ainda, o art. 43, inciso IV, dessa lei, que os preços da proposta vencedora deverão estar de acordo com aqueles praticados pelo mercado.

4.1. Da avaliação de custo proporcional ao benefício e compatibilidade com o mercado:

Com o intuito de comprovar a viabilidade e compatibilidade de mercado, o quadro abaixo descreve algumas das contratações efetuadas por este Regional entre os anos de 2017 e 2019.

Capacitação	Ano	Participantes	Carga horária	Valor tot
Interpretação e Implantação da Norma ISO	2017	20	16	R\$ 8.100,00



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>Capacitação</b>	<b>Ano</b>	<b>Participantes</b>	<b>Carga horária</b>	<b>Valor tot</b>
14001				
Mapeamento e Gestão de Riscos nas contratações	2018	20	40	R\$ 16.800,00
Gestão de documentos	2018	30	16	R\$ 12.800,00
Oficina de Desenvolvimento Gerencial (em contratação)	2019	25	16	R\$ 6.000,00

Considera-se também que os valores são compatíveis com os praticados para eventos dessa natureza. No entanto, faz-se necessário observar que o valor de contratação de cursos pode variar consideravelmente a partir de alguns parâmetros:

- a) Se a capacitação é aberta ou fechada para público externo;
- b) Se a contratação é de pessoa física ou jurídica: impostos, lucro, custos operacionais como passagens aéreas, hospedagem e alimentação interferem no preço;
- c) Agenda dos instrutores: a quantidade de eventos que o instrutor precisará bloquear para ficar disponível para o evento contratado promove uma espécie de concorrência, que interfere diretamente no preço;
- d) Tempo de preparação: se o evento atende a um escopo já comum da empresa ou se será personalizado para atender às demandas do cliente. Se a preparação for a primeira ou exclusiva, o valor será bem diferente, posto que o palestrante terá o esforço inicial de pesquisa e organização dentro do tema;
- e) O uso posterior do conteúdo: caso o contratado tenha expectativa de preparar o conteúdo para nosso regional e posteriormente aplicá-lo em outros eventos semelhantes, o custo poderá ser reduzido, pois o mesmo estará construindo, a partir desta experiência, um produto reaproveitável de mercado;

A simples verificação de preços não permitirá a identificação de cada um desses fatores nos cursos comparados, razão pela qual o melhor parâmetro é o histórico das contratações dentro do próprio TRE, tanto do palestrante em tela, quanto dos demais palestrantes. Por toda essa combinação de fatores, tem-se que os valores apresentados para este evento encontram-se compatíveis com o mercado para este tipo de evento.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **5 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO**

CATEGORIA	Ordinário
AGREGADOR	Integração e Capacitação dos Servidores
DESPESA AGREGADA	Contratação de empresas na área de treinamento, conforme Plano Anual de Capacitação
PLANO INTERNO	ERO TREINA
VALOR	R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

### **6- DO PAGAMENTO**

A Contratante efetuará o pagamento, após o encerramento da capacitação, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento dos certificados e nota fiscal, devidamente atestada pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento deste TRE/RO, aplicadas as retenções legais.

### **7- DO CONTRATO**

O contrato, no caso do presente Projeto Básico, será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.

### **8- DAS OBRIGAÇÕES DO TRE**

São obrigações do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia:

1. Disponibilizar local para a realização do curso e coffee break;
2. Registrando a frequência dos participantes
3. Pagar à empresa contratada pela execução do serviço, conforme dispõe o § 3º do art. 5º da Lei n. 8666/93, até cinco dias após a o recebimento dos certificados de participação e da fatura;
4. Avaliar a qualidade do treinamento realizado.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

## **9- DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA**

São obrigações da empresa contratada:

1. Garantir a realização do curso, conforme descrito na proposta em anexo ([0394166](#)), nos dias 1 e 2/4/2019;
2. Fornecer material de apoio e didático;
3. Manter-se regular, desde a contratação até a data do pagamento dos serviços realizados, a documentação comprobatória de sua adimplência com a Fazenda Pública/ Seguridade Social (certidão negativa de débitos), com o FGTS (certificado de regularidade de situação), com o CNJ (Certidão Negativa de Improbidade Administrativa) e perante a Justiça Trabalhista;
4. Apresentar fatura referente ao serviço realizado, para fins de pagamento pelo Tribunal, no prazo de até 10 (dez) dias após a entrega dos certificados.

## **10 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

Nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/1993, nas hipóteses de atraso injustificado na execução dos serviços, será aplicada multa de mora à empresa contratada de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso no cumprimento das obrigações previstas no item 7, podendo o atraso superior a 02 (dois) dias ser considerado inexecução do contrato.

A aplicação das sanções obedecerá ao procedimento disciplinado pela IN TRE/RO n. 004/08, disponível no sítio eletrônico do Tribunal, com cabimento de recursos ou pedido de reconsideração.

Pela inexecução total ou parcial do serviço objeto deste Projeto Básico, a Administração poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Se a empresa contratada não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 05 (cinco) dias a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa SELIC, com fundamento no art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU 1.603/2011.

Caso a mesma não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União. As multas previstas nesta seção não eximem a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros.

## **11 – DAS GARANTIAS**

Em decorrência das peculiaridades do objeto não se exigirá garantias.

## **12 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

A execução dos serviços deverá ocorrer em observância ao conteúdo programático nos dias 1 e 2/4/2019.

## **13 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

A gestão e a fiscalização deste procedimento serão realizadas pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento – COEDE.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Os procedimentos de fiscalização ocorrem em três fases temporais:

1. Antes da execução do evento será verificada:
  - a) a confirmação do evento no prazo definido;
  - b) a regularidade fiscal da empresa.
2. Durante a execução do evento verifica-se:
  - a) a presença do instrutor;
  - b) a regularidade das aulas;
  - c) o cumprimento dos horários;
  - d) o fornecimento dos materiais;
  - e) demais itens inclusos na contratação.
3. Após a execução do evento verifica-se:
  - a) o cumprimento da carga-horária;
  - b) a avaliação do evento pelos participantes;
  - d) Envio da Nota Fiscal para efetivação do pagamento.

Os demais procedimentos de gestão e fiscalização do contrato seguem as normas estabelecidas pela IN 04/2008-TRE/RO.

## **14 – DOS ANEXOS**

a) Documentação da empresa, comprovando a regularidade junto à Receita Federal/ INSS, ao FGTS, ao CNJ e à Justiça Trabalhista, (Eventos: [0394196](#); [0394197](#); [0394198](#) e [0394199](#)), portanto apta a contratar com a Administração Pública.

b) Proposta (Evento [0394166](#)).

---

Documento assinado eletronicamente por **RONALDO PONTES MOURA**, Coordenador(a), em 12/03/2019, às 16:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **ELZA MARIA SANZOVO GRANO**, Chefe de Seção, em 12/03/2019, às 17:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0000727-33.2019.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO E  
DESENVOLVIMENTO

ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – CURSO FECHADO -  
**Oficina de Design Thinking - Dimensionamento da Força de Trabalho**

**PARECER JURÍDICO Nº 0399766 / 2019 - PRES/DG/AJDG**

**I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da [Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP](#), com vistas a contratar a empresa N&N Consultores Associados Ltda, CNPJ: 12.300.431/0001-52, para a realização de Oficina de “**DESIGN THINKING - DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO**”, para capacitação de 25 (vinte e cinco) servidores, com carga horária de 16 (dezesesseis) horas/aula, na modalidade de ensino presencial, realizado nesta Capital, na sala de treinamentos deste Tribunal, nos dias 1 e 2 de abril de 2019.

**02.** Visando conferir a regularidade da empresa foi juntada aos autos: Certidão de regularidade do FGTS ([0394196](#)); Certidão Negativa Tributos Federais ([0394197](#)); Certidão Negativa Trabalhista ([0394198](#)) e Certidão negativa CNJ ([0394199](#)).

**03.** O conteúdo e o cronograma do curso estão devidamente descritos na proposta constante no evento ([0394166](#)). A SEDES carrou aos autos os seguintes documentos: Atestados de Capacitação Técnica ([0397270](#)), ([0397271](#)) e ([0397272](#)) e o Projeto Básico SEDES acostado no evento [0397274](#) contendo toda a formatação da contratação.

**04.** O Projeto Básico ([0397274](#)) apresenta a descrição do objeto, justificativa, valor, aderência ao planejamento orçamentário, a forma de pagamento, contrato, obrigações do TRE e da empresa a ser contratada, as penalidades, garantias, prazo de execução, gestão e fiscalização e como anexos os documentos de regularidade fiscal e trabalhista.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**05.** A SEDES encaminhou via e-mail ([0397870](#)) à pretensa contratada o PB inicial para ciência. Em resposta, a empresa manifestou sua anuência também por e-mail ([0398137](#)).

**06.** Por meio dos Despacho 1020 ([0398014](#)), a SAOFC encaminhou os autos à COMAP para análise do Projeto Básico, à COFC para programação orçamentária, a esta AJDG para emissão de Parecer Jurídico e, por último, solicitou o retorno dos autos para fins de manifestação.

**07.** Assim, a Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP, unidade responsável neste órgão pela avaliação de Projeto Básico e Termo de Referência – nos termos do XXIV do art. 3º da IN TRE n. 004/08, em sua análise ao Termo de referência/Projeto Básico 11 ([0398431](#)), manifestou-se pela regularidade do instrumento em questão diante da regularidade fiscal e trabalhista da empresa, no sentido de que a Autoridade Superior, caso aprove o Projeto Básico, também adjudique o objeto deste procedimento à referida proponente.

**08.** Juntou-se aos autos a Programação Orçamentária ([0398590](#)) no valor de **R\$ 6.000,00 (seis mil reais)** para custear a despesa, oportunidade em que a SPOF informou que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (PPA, LDO e LOA).

**09.** Assim instruídos, os autos foram encaminhados a esta AJDG para emissão de parecer jurídico. **É o relatório.**

## **II - DA ANÁLISE JURÍDICA**

### **2.1 DOS REQUISITOS LEGAIS: SINGULARIDADE E NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO – ART. 13, VI, DA LEI N. 8.666/93.**

**10.** A Constituição Federal, no seu art. 37, inciso XXI, estabelece a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório nas contratações feitas pelo Poder Público. Todavia, o próprio comando constitucional delegou à legislação infraconstitucional a previsão de exceções à regra geral.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**11.** Não por outro motivo, a Lei n. 8.666/93 disciplinou, em conformidade com a Carta Política, as situações de dispensa (art. 24) e inexigibilidade (art. 25) do certame competitivo.

**12.** Desse modo, tratando-se de pretensão da Administração de contratar serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal - situação definida pela Lei de Licitações em seu **art. 13, inc. VI** - tem aplicação, em princípio, a inexigibilidade competitiva prevista no **inciso II do art. 25**. Veja-se:

**Art. 25.** É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - (...)

**II** - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

(...)

**13.** Observe-se que a regra legal transcrita **não é genérica**. Pelo contrário, o legislador estabeleceu expressamente as situações específicas para as quais entendeu ser inexigível a dispensa de licitação para a contratação de serviços técnicos enumerados pelo art. 13 do Código de Licitações. Assim, cuidou de qualificar tais serviços, exigindo desses o preenchimento de dois requisitos gerais: **a natureza singular da contratação e a prestação dos serviços por profissionais ou empresas de notória especialização**.

**14. Quanto à singularidade**, verifica-se que este requisito está demonstrado pelos elementos trazidos aos autos, visto que o evento de capacitação foi formatado para atender à necessidade específica desta Justiça Especializada, tornando-o único, incomum.

**15.** A esse propósito, veja-se a lição de **Jacoby**: “Singular é a característica do objeto que o individualiza, distingue dos demais. É a presença de um atributo incomum na espécie, diferenciador. A singularidade não está associada à noção de preços, de dimensões, de localidade, de cor ou de forma” (**Fernandes JU Jacoby – Contratação direta sem licitação, 7 ed, Belo Horizonte, Fórum, 2007, p. 596**)

**16.** E, de tal natureza é a posição consolidada pela Corte de Contas (**Acórdão TCU n. 1568/2003 – 1ª Câmara**):

[...] A singularidade, esta sim, é quem efetivamente dá causa a que se torne inviável licitar.

A inviabilidade de competição que dá ensejo à possibilidade de se inexigir a licitação reside na singularidade da contratação. O que não implica dizer que os serviços sejam de natureza singular. O que confere legitimidade ao procedimento



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

adotado com arrimo no art. 25, II, c/c art. 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/93, é a singularidade que permeia a situação específica.

**17.** Como registrado no acórdão acima transcrito, as decisões mais recentes do TCU caminham no sentido da demonstração - tão só - da singularidade para caracterizar a inexigibilidade competitiva para a contratação desse tipo de serviço técnico. Todavia, mesmo que assim não fosse, há nos autos farta comprovação da notória especialização do profissional e da empresa a ser contratada atendendo à saciedade a exigência estatuída pelo **art. 25, § 1º da Lei n. 8.666/93, *verbis*:**

**Art. 25.** É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

[...]

**§ 1º** Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

**18.** Referida comprovação, por sua vez, também atende à **recomendação** contida em decisões majoritárias do TCU, **todas** exigindo a demonstração de ambos os requisitos, *v.g.*:

**Decisão TCU n. 103/98 – Plenário:**

**1.6** - somente realize a contratação sem licitação com base na notória especialização do contratado (art. 25,II, da Lei nº 8.666/93) quando houver inviabilidade de competição entre possíveis interessados, configurando-se simultaneamente a singularidade do objeto e a notoriedade da contratada na execução do serviço específico desejado, a qual não será subcontratada, caso em que se caracterizaria a inviabilidade de competição.

**19.** Em arremate, releva transcrever ementa do voto do **Ministro Eros Grau**, proferido nos autos da **Ação Penal AP 348/SC**. Tal voto foi seguido por todos os membros do Plenário do Supremo Tribunal Federal – STF:

EMENTA: AÇÃO PENAL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE ADVOGADOS FACE AO CAOS ADMINISTRATIVO HERDADO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL SUCEDIDA. LICITAÇÃO. ART. 37, XXI DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. DISPENSA DE LICITAÇÃO NÃO CONFIGURADA. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO CARACTERIZADA PELA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTRATADOS, COMPROVADA NOS AUTOS, ALIADA À CONFIANÇA DA ADMINISTRAÇÃO POR ELES DESFRUTADA. PREVISÃO LEGAL. A hipótese dos autos não é de dispensa de licitação, eis que não caracterizado o requisito da emergência. Caracterização de situação na qual há inviabilidade de competição e, logo, inexigibilidade de licitação. 2. "Serviços técnicos profissionais especializados"



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

são serviços que a Administração deve contratar sem licitação, escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau de confiança que ela própria, Administração, deposite na especialização desse contratado. Nesses casos, o requisito da confiança da Administração em quem deseje contratar é subjetivo. Daí que a realização de procedimento licitatório para a contratação de tais serviços - procedimento regido, entre outros, pelo princípio do julgamento objetivo - é incompatível com a atribuição de exercício de subjetividade que o direito positivo confere à Administração para a escolha do "trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato" (cf. o § 1º do art. 25 da Lei 8.666/93). O que a norma extraída do texto legal exige é a notória especialização, associada ao elemento subjetivo confiança. Há, no caso concreto, requisitos suficientes para o seu enquadramento em situação na qual não incide o dever de licitar, ou seja, de inexigibilidade de licitação: os profissionais contratados possuem notória especialização, comprovada nos autos, além de desfrutarem da confiança da Administração. Ação Penal que se julga improcedente. (DJ 03/08/07 p.30). (Grifou-se).

## **2.2 DOS REQUISITOS LEGAIS: RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO: ART. 26, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI N. 8.666/93.**

**20.** Embora se trate de capacitação que pode ser contratada diretamente, a Lei n. 8.666/93 estabelece a observância de alguns **requisitos legais de caráter genérico**, aplicáveis a todas as contratações diretas, quais sejam: a razão da escolha do fornecedor e a justificativa do preço. Veja-se:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

[...]

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998).

**21.** As exigências dos incisos I e IV são inaplicáveis ao caso em exame. Já a **escolha do fornecedor e a justificativa do preço encontram-se demonstradas de forma satisfatória** pelas razões expostas nos itens 3 e 4 do Projeto Básico (0397274).





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **III - DA CONCLUSÃO**

**22.** Pelo exposto, e por tudo o mais que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica conclui:

I – pela regularidade do Projeto Básico ([0397274](#)), visto que, de acordo com as disposições do **art. 6º, IX da Lei n. 8.666/93**, no que for aplicável, contém os elementos mínimos necessários e poderá ser aprovado pela autoridade superior, para os efeitos do **art. 7º, inciso I, § 2º, inciso I c/c § 9º, da Lei de Licitações**; e,

II - pela possibilidade da Administração realizar a contratação com a empresa **N&N Consultores Associados Ltda**, CNPJ: **12.300.431/0001-52**, para realizar o curso “**Design Thinking - Dimensionamento da Força de Trabalho**”, com fundamento no **art. 13, VI c/c o art. 25, II, ambos da Lei n. 8.666/93**, e, ainda, nos precedentes da Corte de Contas citados neste parecer e, notadamente na **Decisão TCU n. 439/1998-Plenário**.

**23.** Embora se trate de serviço, considerando a forma usual de contratação desses eventos, entende-se **dispensada a formalização de contrato**, substituído, no caso, pela nota de empenho, nos termos do art. 62 caput e § 4º da Lei n. 8.666/93, instrumento **idôneo e suficiente**, para regular a relação contratual, sendo de boa prática o envio de cópia do Projeto Básico à empresa contratada - ato já demonstrado nos autos ([0397870](#) e [0398137](#)).

**24.** Não obstante isso, diante da justificativa da unidade solicitante (itens 3 do Projeto Básico) de que o valor total do curso, orçado em **R\$ 6.000,00 (seis mil reais)**, cobre um público de 25 (vinte e cinco) participantes, e considerando que, se a Administração não preencher as **vagas acordadas**, tal fato não implicará redução de custo, uma vez que não se trata de curso aberto, no qual o ônus de eventual falta de interessados recai sobre a empresa promotora, mas, sim, de curso fechado (in company), feito sob encomenda e com custo previamente acertado, **recomenda-se** que este Regional se esmere no intuito de que sejam inscritos no evento o número **máximo de participantes**, com fulcro no **art. 3º da Lei n. 8.666/93** e princípios que regem a Administração Pública, insculpidos no **art. 37 da Carta Magna**.

**25.** Cabe registrar que, caso necessário, deverão, ainda, ser atualizadas as certidões que comprovem a regularidade da empresa **N&N CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA**, CNPJ: **12.300.431/0001-**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**52, inclusive com a juntada de nova certidão comprobatória de FGTS, antes da efetivação da contratação.**

**26.** Enfim, com precedente no **Acórdão TCU nº 1336/06-Plenário**, entende-se desnecessária a publicação na imprensa oficial, para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26 da Lei Geral de Licitações e Contratos, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal. Contudo, em homenagem ao Princípio da Publicidade, um dos princípios basilares que regem a Administração Pública, constante no art. 37 da Constituição Federal, nada impede que seja feita publicação no Diário da Justiça Eletrônico – DJE, a qual fica sugerida desde já.

Sob Vênia, é o parecer.

---

Documento assinado eletronicamente por **Jeice Kelly Mendes de Souza, Estagiário**, em 20/03/2019, às 14:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 20/03/2019, às 14:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0000727-33.2019.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

ASSUNTO: Curso fechado. Oficina de Design Thinking - Dimensionamento da Força de Trabalho.

**DESPACHO Nº 1157 / 2019 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Capacitação e Desenvolvimento Organizacional - SEDES ([0394164](#)), com vistas à contratação da empresa N&N Consultores Associados Ltda, CNPJ: 12.300.431/0001-52, para a realização de Oficina de **“DESIGN THINKING - DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO”**, para capacitação de até 25 (vinte e cinco) servidores, com carga horária de 16 (dezesesseis) horas/aula, na modalidade





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de ensino presencial, a ser realizado na sala de treinamento deste Tribunal, nos dias 1 e 2 de abril de 2019.

O conteúdo e o cronograma do curso estão devidamente descritos na proposta constante no evento ([0394166](#)). A contratação foi estimada em **R\$ 6.000,00 (seis mil reais)**, conforme item 4 do Projeto Básico ([0397274](#)).

A regularidade fiscal e trabalhista da empresa foi comprovada mediante a juntada aos autos da Certidão Negativa de Cadastro no FGTS ([0394196](#)), Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ ([0394199](#)), Certidão Negativa de Tributos Federais e de Dívida Ativa da União ([0394197](#)), bem como Certidão Negativa Trabalhista ([0394198](#)).

A Coordenadoria de Material e Patrimônio concluiu pela regularidade do Projeto Básico da SEDES, por estar em consonância com a normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei n. 8.666/93 e manifestou-se pela adjudicação do objeto à referida proponente, pela autoridade competente ([0398431](#)).

A COFC juntou a comprovação da disponibilidade orçamentária no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), conforme evento [0398590](#).

Após análise, a AJDG opinou pela regularidade do Projeto Básico; pelo enquadramento da contratação na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no art. 25, II c/c art. 13, VI, ambos da Lei n. 8.666/93; pela dispensa da formalização de contrato, substituído, no caso, pela nota de empenho; pela dispensa de publicação na imprensa oficial, para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26 da Lei Geral de Licitações e Contratos, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal, sem obstar a publicação no Diário da Justiça Eletrônico – DJE, em homenagem ao Princípio da Publicidade e pela atualização das certidões que comprovem a regularidade da empresa. Por fim, recomendou que este Regional se esmere no intuito de que sejam inscritos no evento o número máximo de participantes, com fulcro no art. 3º da Lei n. 8.666/93 e princípios que regem a Administração Pública, insculpidos no art. 37 da Carta Magna ([0399766](#)).

A SAOFC manifestou-se no mesmo sentido da AJDG ([0400156](#)) e encaminhou os autos a esta Diretoria-Geral para deliberação superior.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

O processo foi devidamente instruído e a documentação carreada aos autos preenchem os requisitos técnicos e legais. Como bem explanado pela Assessoria Jurídica, a contratação de serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos da Decisão do TCU n. 439/1998 — Plenário, com fundamento no art. 25, II c/c o inciso VI do artigo 13 da Lei Geral de Licitações.

Para tanto, a norma descrita no artigo 25, II exige o preenchimento de dois requisitos gerais: a natureza singular da contratação e a prestação dos serviços por profissionais ou empresas de notória especialização.

**Quanto à singularidade**, verifica-se que este requisito está demonstrado pelos elementos trazidos aos autos, visto que o evento de capacitação foi formatado para atender à necessidade específica desta Justiça Especializada, tornando-o único, incomum. **Quanto à notória especialização**, consta nos autos que a empresa em questão já atuou neste Regional, na facilitação de oficinas para o Planejamento Estratégico ora vigente, mostrando-se eficiente e profissional com as obrigações contratadas. Além disso, já realizou, com competência e eficiência, consultoria técnica para os Tribunais de Justiça de Rondônia, do Trabalho da 14ª Região e para a Agência Estadual de Vigilância e Saúde de Rondônia, conforme Declarações de Capacidade Técnica juntada aos autos ([0397270](#), [0397271](#) e [0397272](#)).

Além disso, o parágrafo único do artigo 26 estabelece a observância de alguns requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis a todas as contratações diretas, quais sejam: **a razão da escolha do fornecedor e a justificativa do preço**. Tais requisitos encontram-se demonstrados de forma satisfatória pelas razões expostas nos itens 3 e 4 do Projeto Básico ([0397274](#)).

Verifica-se que o evento em tela está em harmonia com o Programa Permanente de Capacitação dos Servidores da Justiça Eleitoral estabelecido na Resolução do TSE n. 22.572/07 e com o Plano Anual de Capacitação de 2019, registrado sob o número 20190804, conforme informado pela SEDES no item 3.1 do Projeto Básico ([0397274](#)).

Embora se trate de serviço, considerando a forma usual de contratação desses eventos, entende-se dispensada a formalização de contrato, substituído, no caso, pela nota de empenho nos termos do art. 62 da Lei n. 8.666/93, instrumento idôneo e suficiente para regular a relação contratual.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Dos documentos e informações carreados aos presentes autos, resta comprovada a regularidade de todo o trâmite processual para contratação do presente objeto, esta Diretora-Geral **RATIFICA** a inexigibilidade reconhecida pelo Secretário da SAOF e prevista no art. 25, II, da Lei n. 8.666/93 e, por conseguinte, com supedâneo no art. 1º, inciso I, da Portaria n. 66/2018:

1. **Aprova o Projeto Básico SEDES (0397274)**, com fundamento no art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei n. 8.666/93, porquanto possui os elementos mínimos necessários à caracterização do objeto e das particularidades da contratação;

2. **Autoriza a despesa, por inexigibilidade de licitação**, com fulcro no inc. II do art. 25 c/c o inc.VI do art. 13 da Lei 8.666/93, nos termos ainda da Decisão TCU n. 103/98 – Plenário;

3. **Autoriza a emissão de Nota de Empenho**, nos termos do art. 62 da Lei n. 8.666/93, em favor da empresa **N&N Consultores Associados Ltda, CNPJ: 12.300.431/0001-52**, no valor de **R\$ 6.000,00 (seis mil reais)**, condicionada à atualização da regularidade fiscal da empresa nos termos do item 25 do Parecer Jurídico AJDG n. [0399766](#); e

4 - **Determina a publicação do ato de ratificação da inexigibilidade apenas no Diário de Justiça Eletrônico - DJE**, em respeito ao princípio da publicidade, uma vez que o valor da contratação situa-se nos patamares da dispensa legal, com fulcro no Acórdão TCU n. 1336/06-Plenário, para cumprimento da regra prevista no caput do artigo 26, da Lei Geral de Licitações e Contratos.

À SAOFC, para a continuidade, com vistas à contratação pretendida.

---

Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 25/03/2019, às 15:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

### **EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE**

Espécie: Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no artigo 26 da Lei 8.666/93. Contratada: N & N CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA, CNPJ n. 12.300.431/0001-52. Objeto: Contratação da empresa especializada para a realização da Oficina de "Design Thinking - Dimensionamento da Força de Trabalho" para uma



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

turma de até 25 servidores Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. A Oficina será realizada em Porto Velho, com carga horária de 16 (dezesesseis) horas, na modalidade de Ensino Presencial, nos dias 1 e 2 de abril de 2019, conforme agenda adequada aos participantes e empresa contratada. Fundamento legal para contratação: Art. 25, II c/c o inciso VI do art. 13, ambos da Lei 8.666/93, e Decisão TCU nº 439/98-Plenário. Justificativa: Necessidade de capacitação de servidores do TRE-RO. Declaração de Inexigibilidade: Parecer Jurídico Nº 0399766/2019 - PRES/DG/AJDG, de 20/03/2019, por MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, CPF n. 716.688.707-97, Assessora Jurídica. Ato de autorização da despesa e de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação: Despacho n. 1157/2019 - PRES/DG/GABDG, de 25/03/2019, por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, CPF n. 475.106.849-00, Diretora-Geral do TRE-RO. Nota de Empenho: 2019NE000235, de 26/03/2019, Programa de Trabalho: 02122057020GP0011. Elemento Despesa n. 33.90.39.48. Valor: R\$ 6.000,00. Processo: SEI n. 0000727-33.2019.6.22.8000.

---

Documento assinado eletronicamente por **Edmundo Nogueira, Estagiário**, em 26/03/2019, às 17:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 26/03/2019, às 17:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

### **N O T A D E E M P E N H O**

PAGINA: 1

EMISSÃO : 26Mar19 NUMERO: 2019NE000235 ESPECIE: EMPENHO DE DESPESA  
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA  
CNPJ : 04565735/0001-13 FONE: (69)3211-2077/2000/2105/2104/2133  
ENDERECO : AV.PRES.DUTRA,1.889 - AREAL  
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76805-859

CREDOR : 12300431/0001-52 - N & N CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA  
ENDERECO : JOSE DE ALENCAR 2381 APT 304 CENTRO  
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76801-036  
TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

EMIÇÃO DE NOTA EMPENHO PARA COBRIR DESPESA COM CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES, COM  
FORME PROJETO BASICO SEDES(0397274), DESPACHOS 1157 DA DG(0400567) E 1168 DA  
DG(0400824), DO PROCESSO SEI NR 0000727-33.2019.6.22.8000

CLASS : 1 14122 02122057020GP0011 084772 0100000000 339039 000000 ERO TREINA  
TIPO : ORDINARIO MODAL.LICIT.: INEXIGIBILIDADE  
AMPARO: LEI8666 INCISO: 02 PROCESSO: 00007273320196228000  
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: RO / 3  
ORIGEM DO MATERIAL :  
REFERENCIA: ART25/02 LEI8666/93 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 6.000,00

SEIS MIL REAIS\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339039 SUBITEM: 48 -SERVICO DE SELECAO E TREINAMEN

SEQ.: 1 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 6.000,00  
VALOR DO SEQ.: 6.000,00

CONTRATAÇÃO PARA MINISTRAR CURSO: "DESIGN THINKING - DIMENSIONAMENTO DA FORÇA  
DE TRABALHO", PARA TURMA DE ATÉ 25 SERVIDORES DO TRIBUNAL, COM UMA CARGA HORA  
RIA DE 16(DEZESSEIS) HORAS, NA MODALIDADE PRESENCIAL, QUE SERÁ REALIZADO NOS  
DIAS 1 E 2 DE ABRIL DE 2019, NESTA CAPITAL.

T O T A L : 6.000,00

LIA MARIA ARAUJO  
LOPES:260468

Assinado de forma digital por LIA MARIA ARAUJO LOPES 260468  
DN: cn=LIA MARIA ARAUJO LOPES, o=Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, ou=Secretaria de Administração, ou=Seção de Contratos, email=LIA.MARIA.ARAUJO.LOPES@TRE-RO.gov.br, c=BR  
Data: 2019.03.26 14:21:35 -0400

-----  
LIA MARIA ARAUJO LOPES  
ORDENADOR

FRANCISCO PARENTES DA  
COSTA FILHO:1625178423

Assinado de forma digital por FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO 1625178423  
DN: cn=FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO, o=Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, ou=Secretaria de Administração, ou=Seção de Contratos, email=FRANCISCO.PARENTES.DA.COSTA.FILHO@TRE-RO.gov.br, c=BR  
Data: 2019.03.26 14:21:35 -0400

-----  
FRANCISCO P. COSTA FILHO  
GESTOR FINANCEIRO